
TERRITÓRIOS DE VISIBILIDADE: EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS COMO INCREMENTOS DE AÇÃO E INTERVENÇÃO POLÍTICA

Edson Alves de França*

Índice

Introdução	1
1 A escola na vida contemporânea	2
2 Os territórios de visibilidade – mídia, escola e cotidiano	4
3 Territórios de participação – cidadania e mídia (oni) presente	6
Conclusão	7
Referências	8

Introdução

A EDUCAÇÃO assume na sociedade uma nítida opção política e uma predestinação politizante. É impossível separar o processo educativo de uma posição a ser tomada pelos governos, seja por que motivações forem, e pelos indivíduos, no (auto) reconhecimento de que constituem fundamentalmente os responsáveis pelos destinos da nação e no gerenciamento consciente da condição de *estar no mundo* e dele *participar*.

Os papéis sociais e funções destinadas à educação, contudo, nem sempre se configuram como metas prioritárias. Nem muito menos como prática corrente. Ao contrário, todo o aparato educativo se apresenta sempre como espaço crítico. Uma hora atravessa crises de adaptação às idéias correntes, noutra é a falta de recursos e investimentos que determina a crise; algumas vezes é o despreparo, a inércia e a resistência à mudança por parte de seus

agentes e, na grande maioria das vezes, a falta de políticas públicas mais sérias voltadas para o setor.

Modernamente, a escola é acusada de *lentidão* na adoção de tecnologia aplicada ao campo didático-pedagógico. Ao tempo em que as novas tecnologias deixaram de vez de ser um alvo distante, fruto das mentes imaginosas dos artífices da ficção científica, e ganham cada vez mais espaços significativos na vida diária, a escola parece manter-se avessa às mudanças. A postura da escola refletiria, em primeiríssimo plano, reproduzindo as palavras de Bill Gates (1995, p.233), uma espécie de *conservadorismo de boa parte do establishment educacional*.

A idade da comunicação e da informação, de certa forma, não chegou em peso às escolas, mesmo sendo elas, teoricamente, o espaço por excelência de captação dos avanços significativos da sociedade, da instauração de espaços vivenciais e da mobilização em termos de aprendizagens. Tal processo não se dá, contudo, sem a sensibilização para a fundamentalidade da comunicação e da informação, principalmente, no tocante relação direta destas com as noções de poder.

“A informação e a comunicação sempre foram vetores dos poderes dominantes, dos poderes alternativos, das resistências e das mudanças sociais. O poder de influência sobre o pensamento das pessoas – que é exercido pela comunicação – é uma ferramenta

*Professor do Curso de Comunicação Social (Jornalismo) das Faculdades Integradas de Patos (FIP), Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

de resultado incerto, porém fundamental. É apenas através do exercício da influência sobre o pensamento dos povos que os poderes se constituem em sociedades, e que as sociedades evoluem e mudam.” (Castells, 2006)

É tendo cenário o avanço inexorável das tecnologias voltadas para a informação e a comunicação que a modernidade estabelece a necessidade da formatação de territórios delimitados onde as tramas e negociações do jogo político e reivindicatório acontecem. A vida extremamente midiaticizada que caracteriza os dias que correm requer, para efetividade das relações sempre conflituosas entre os pólos da sociedade no sistema capitalista, a ocupação de espaços permeados pelo conhecimento e pelo domínio das potencialidades das novas tecnologias. A esses nichos podemos denominar genericamente de *territórios de visibilidade e participação*, para onde devem carrear o espírito da mobilização, encaminhamento e pressões tópicas por soluções para demandas específicas.

A parceria entre os esforços de gestão da educação – para os quais, a escola sempre será o centro – e o incremento da familiaridade como as novas tecnologias da informação e da comunicação pode e deve contribuir para a formatação dos espaços de *visibilidade e participação*. Territórios onde a voz, no sentido físico mesmo e como metáfora da mobilização, seja potencializada aos extremos. Esse deve ser um – senão o mais importante e inadiável – dos compromissos atuais de escolas, educadores e outros profissionais que tenham como matéria prima o conhecimento e a formação, mesmo informal, de mentes e atitudes.

Hoje, o termo transformação passou a fazer parte do vocabulário comum, tácito, quase óbvio, que definiria a sociedade mutável e mutante em que vivemos. Conforme Perrenoud, essa configuração da sociedade emergiria da introdução massiva da tecnologia no cotidiano das relações sociais, provocando abalos em todos aspectos da vida.

As sociedades se transformam, fazem-se e desfazem-se. As tecnologias mudam o trabalho, a comunicação, a vida cotidiana e mesmo o pensamento. As desigualdades se deslocam, agravam-se e recriam-se em novos territórios. Os atores estão ligados a múltiplos campos sociais, a modernidade não permite a nin-

guém proteger-se das contradições do mundo. (Perrenoud, 1999, p. 5)

Em um mundo em que as transformações não conseguem debelar as desigualdades (em alguns casos até as agrava), os papéis destinados aos educadores, aos formadores de opinião e aos especialistas em informação tornam-se cada vez mais imprescindíveis. A um tempo em que o mundo e as relações se complexificam parecendo tornar-se mais obscuras e inacessíveis ao entendimento, de certa forma também instala-se, com a explosão informativa, a necessidade de luta pela democratização das informações. Esse é o território em que os módulos educativos e seus agentes tem que formatar seu modus atuação, numa perspectiva que engloba um exercício vigilante de gerenciamento, busca, qualificação e, sobretudo, disponibilização das informações a serviço da construção de cidadãos conscientes de seu papel na concepção de um novo mundo.

1 A escola na vida contemporânea

O módulo social que conhecemos como escola anda a sofrer os impactos dos novos tempos. Sofre e parece, a primeira vista, não assimilar muito bem os golpes desferidos pelas inadequações de sua estrutura arcaica e pelas limitações das idéias que a regem e a entavam enquanto instituição voltada para a formação dos indivíduos em sociedade.

Os processos de reengenharia escolar advogados por todos os pensadores preocupados com o destino da escola ainda não conseguem atingir uma amplitude de cobertura nem, muito menos, sensibilizar em larga escala os gestores de políticas públicas em educação e, nem mesmo, os profissionais diretamente envolvidos com o cotidiano dela. É que nos conta Gadotti (2000), ao considerar a tradicionalidade que reveste o trabalho educativo e os desafios que se apresentam a partir mesmo das novas condições de aprendizagens dos jovens, em contato com um ambiente onde o poder atrativo de imagens e sons é marcante.

“Os sistemas educacionais ainda não conseguiram avaliar suficientemente o impacto da *comunicação audiovisual* e da *informática*, seja para informar, seja para bitolar ou controlar as mentes. Ainda trabalha-se muito com recursos tradicionais que não têm apelo para as crianças e jovens.”

Perrenoud (1999, 05), por sua vez, destaca a posição da escola no mundo em transformação, advogando a necessidade de mudança: *se a sociedade muda, a escola só pode evoluir com ela, antecipar, até mesmo inspirar as transformações culturais*. Contudo, adverte para as características que instalam o módulo escolar e seus agentes numa certa marcha lenta em termos de mudança.

... “a despeito das novas tecnologias, da modernização dos currículos, da renovação das idéias pedagógicas, o trabalho dos professores evolui lentamente porque depende pouco do progresso técnico, porque a relação educativa obedece a uma trama bastante estável e porque suas condições de trabalho e sua cultura profissional instalam os professores em rotinas. É por isso que a evolução dos problemas e dos contextos sociais não se traduz ipso facto por uma evolução das práticas pedagógicas.”

Esse pensamento é complementado por Perrenoud (1999) quando diz que a mudança que se exige da escola não se dá tão facilmente, uma vez que ela tende a exibir, geneticamente, dificuldades de adaptação. Ele não considera a escola como módulo estático, mas aponta a particularidade de que a escola adia sempre a mudança como forma de manter-se incólume às imposições do ambiente.

« Seria, então, absurdo sustentar que porque a sociedade muda, a escola vá mobilizar toda sua in-teligência e segui-la, isto é, antecipar essas mudanças. Sem dúvida, as evoluções demográficas, econômicas, políticas e culturais transformam os públicos escolares e as condições de escolarização e acabam por obrigar a escola a mudar. Ela se adapta, então, mas o mais tarde possível, de modo defensivo. Na ausência da adesão massiva das pessoas da escola a uma política de educação visionária e audaciosa, a mudança social adquire, antes de tudo, aparências de uma imposição a ser ignorada pelo maior tempo possível. » (p.8)

Apresenta-se, então, de acordo com Perrenoud (1999), um desafio bem contemporâneo para a escola em um mundo em transformação. *Compete*

ao sistema educativo encontrar um justo equilíbrio entre uma abertura destruidora dos conflitos e sobressaltos da sociedade e um fechamento mortífero, que o isolaria do restante da vida coletiva. Essa perspectiva no remete a reiteração da condição orgânica que deve permear as relações do composto escolar com o seu entorno. A pura e simples transmissão de informações – em nome dos saberes consolidados, imutáveis, cristalizados – já não dá a dimensão necessária do campo de atuação dessa escola. Poderíamos, então, advogar aqui a necessidade hoje de uma escola viva, dinâmica, crítica e, sobremaneira, capaz de interpretações significativas da realidade.

A perspectiva ventilada pelo pensamento de Perrenoud nos sugere a potencialização dos papéis da escola atualmente. De um lado a premência de readquirir a visibilidade necessária e, de outro, ser um dos artífices, junto com outras instituições e seus agentes, dos *territórios de visibilidade* de que carecem as populações na luta pelos direitos de cidadania no mundo globalizado.

Essa perspectiva repousa, de acordo com alguns autores, na fundamentação dos papéis da escola, em sintonia como o ambiente arquitetado pelas novas tecnologias da comunicação e da informação. Momento esse em que, ao invés de simplesmente louvar as benesses da informatização, caberia um redescobrimiento da função precípua da escola em todas as eras, qual seja, estimular as performances mais dignas de pensar.

“Os que defendem a informatização da educação sustentam que é preciso mudar profundamente os métodos de ensino para reservar ao cérebro humano o que lhe é peculiar, a *capacidade de pensar*, em vez de desenvolver a memória. Para eles, a função da escola será, cada vez mais, a de *ensinar a pensar* criticamente. Para isso é preciso dominar mais *metodologias e linguagens*, inclusive a linguagem eletrônica.” (Gadotti, 2000)

O cenário de re-elaboração (ou resgate) das funções “nobres” da escola passam necessariamente pelo investimento dos/nos professores, com o objetivo de integrá-los a um projeto mais amplo que as necessidades imediatas de sobrevivência. De acordo com, Perrenoud (1999), algumas particularidades inerentes aos atuais padrões profissionais denunciam o desligamento dos agentes da educação de atividades tanto globais e comunitárias, como as que dizem respeito ao próprio âmbito

de atuação, interesses de aperfeiçoamento e clas-sistas. Segundo ele, essas características encontra-das entre os membros da classe podem ser sinteti-zadas em 05 pontos. O profissional (ou agente da educação),

- *não trabalha em equipe ou em rede;*
- *não participa da vida e do projeto do esta-belecimento;*
- *mantém-se afastado das atividades sindi-cais e corporativas no âmbito da profissão;*
- *investe muito pouco na vida social, cultural, política e econômica local, regional ou nacional. (1999, p.12)*

Assim, conforme esse autor, há que haver um investimento muito intenso, tanto por parte das instâncias formativas, como de natureza pessoal, e da rede de estabelecimentos de ensino no aper-feiçoamento profissional e na conscientização do verdadeiro foco de atenção da educação hoje. Pri-meiro, e sobretudo, num (auto) reconhecimento ur-gente do caráter intrínseco da profissão:

“Se os professores não chegam a ser os intelectuais, no sentido estrito do termo, *são ao menos os mediadores e intérpretes ativos das culturas, dos valores e do saber em transformação.* Se não se perceberem como deposi-tários da tradição ou precursores do futuro, não saberão desempenhar esse papel por si mesmos.”

E segundo num compromisso imediato com a capacidade de intervenção que se consubstanciará numa *prática reflexiva*, visualizando como meta a *inovação e a cooperação* com os vários setores so-ciais atuantes. Movimento que resvalaria no esta-belecimento de *uma relação menos temerosa e in-dividualista com a sociedade.*

A escola, então, viria a funcionar como de cen-tro polarizador das demandas. Um elo signifi-cativo na constituição das redes de relacionamento e mobilização, uma vez dotada da capacidade não só de informar, como sugere os impulsos hodiernos, mas de reelaborar essas informações, trabalhá-las, interpretá-las e, a partir, daí gerar conhecimento. Ou no dizer de Gadotti (2000) :

« Na sociedade da informação, a escola deve servir de *bússola* para navegar nesse mar do conhe-cimento, superando a visão utilitarista de só ofe-recer informações "úteis" para a competitividade,

para obter resultados. Deve oferecer uma forma-ção geral na direção de uma educação integral. »

Educação integral que se materializaria não só no domínio e repasse de conteúdos, mas na cons-trução efetiva de indivíduos de ação. Essa meta exigiria dos professores agir, *com consciência e sensibilidade*, na construção *de sentidos para a vida das pessoas e para humanidade.* Só assim, de acordo com Gadotti (2000), é que juntos, es-cola e cidadãos, podem buscar a concepção de *um mundo mais justo, mas produtivo e mais saudável para todos.*

2 Os territórios de visibilidade – mídia, escola e cotidiano

A luta pela ocupação de territórios de visibilidade talvez seja uma das maiores características da so-ciedade contemporaneamente. Mostrar-se, ocupar lugar no mercado das *imagens* e das *vozes*, parece ser a tônica do comportamento de indivíduos, co-munidades localizadas e instituições. Algumas ve-zes esse intento tem por fito uma efetiva participa-ção política, de mobilização. Na maioria das ve-zes, entretanto, é entendida e exercitada como um simples ato de “aparecer” sem maiores conseqüên-cias. Neste caso, oportunidades são desperdiçadas, enquanto as fórmulas e objetivos utilizados se re-sumem a uma simples reprodução de clichês con-formistas, acomodatórios. Feitiço do deslumbramento pelas novas tecnologias.

Novas linguagens, demandas atuais, novos co-munitarismos, novas formas de interação. Tudo parece adquirir, intrinsecamente, um caráter de *novo*, enquanto o gosto da novidade torna-se a fe-bre que rotula comportamentos, define posições na escala social e, em última análise, atribui níveis de participação. Os conceitos de marginalização e ex-clusão, hoje, estão centrados no acesso e domínio técnico das tais novidades, a maioria absoluta de-las ligadas aos redutos da tecnologia da informa-ção e da comunicação.

A mídia constitui hoje a arena privilegiada onde os embates da luta de classes acontecem. E não se trata de uma arena onde as regras, os meandros, a geografia, os contedores sejam vi-sivelmente perceptíveis. Sob sua cobertura fulgu-ram jogo de luzes e sombras, onde esclarecimento e ocultamento são faces complementares da con-tenda. É, contudo, nesse espaço complexo onde se dão as cartas e condições para a determinação dos *territórios de visibilidade.* O momento em que a noção aproximada, sempre em construção, do am-

biente, insta os indivíduos a não se portarem apenas como platéia.

A ocupação (ou construção) deles pressupõe o domínio de sua gramática específica. O composto formado pelas suas linguagens (nunca estáticas, nem cristalinas), sua política interna e suas estratégias de influência requerem a necessidade de preparação, de conhecimento, o que Luis Beltrão (1980) denomina de *alfabetização* para os meios. A interferência junto aos meios não se dá por outorga ou convite expresso, ela emana da mobilização, da pressão e, mais uma vez, do conhecimento que permite uma relação para além da interatividade parcial.

Entretanto, esse domínio não virá exatamente das mãos das classes detentoras do monopólio sobre os meios, nem ao menos exclusivamente pela diligência dos membros pertencentes ao staff midiático. Mesmo que o jornalismo, por exemplo, se pautar em algum momento pela discussão em torno da visibilidade de demandas sociais e causas pontuais. Outros setores da sociedade (cidadãos, movimentos organizados e outras organizações) não que investir, ou no mínimo ter em pauta, diretamente esse intento.

É nesse campo que a escola tem que, numa postura contemporaneizante urgente, fundamentar sua ação com o investimento massivo no domínio das novas tecnologias, na luta pela superação dos estados de exclusão que criam os territórios privilegiados de acesso aos meios e, sobretudo, no estudo/ensino dos interstícios, características emodus operandi da mídia contemporânea. Esse procedimento acaba promovendo aprendizagens acerca das novas tecnologias e o emprego do seu potencial na melhoria de vida em sociedade.

Os tradicionais modelos midiáticos experimentam, assim como a escola, também uma crise. Uma crise advinda das mesmas condições de transformação social que afetaram outros setores. Ela, fundamentalmente, sugere a idéia de que as novas condições sociais não respeitam regiões tidas como inexpugnáveis. Ao mesmo tempo em que as novas tecnologias da informação e da comunicação potencializam as mídias tradicionais, também as fragiliza, exigindo delas direcionamentos como forma de captar tendências e possibilidades de sobrevivência. Esse parece ser o sinal de que se está finalmente descoberto o calcanhar de Aquiles dos monopolizadores da fala.

Em artigo recentíssimo, o jornalista Luis Nassif pontua essa mudança a partir da análise da proliferação, na Internet, dos blogs noticiosos que vieram a quebrar com a tendência homogeneizante

do pensamento massificado pela “grande mídia”. Essa prática, de acordo com ele, acaba tendendo a plasmar a opinião geral e gerar um princípio de exclusão, afinal deixa *ao relento fatias importantes do público, do leitor intelectualmente mais exigente aquele cujas preferências políticas deixaram de ser contempladas pelo conjunto da mídia*.

“Todo esse quadro se formou no momento em que a proliferação dos blogs, na Internet, criou novos espaços de opinião. Antes, tinha-se o jornal dando a visibilidade a seus columnistas, emprestando parte de seu prestígio e recebendo, de volta, a agregação de mais leitores e prestígio. Com os blogs, o aval não é mais do jornal, mas é individual, do blogueiro.”

Diversidade e objetividade são as condições que, conforme o columnista, são finalmente resgatadas com a multiplicação das mídias, dos canais de divulgação e interação.

“Os blogs são apenas a parte mais visível de um processo de criação de novos centros de opinião, como grupos de discussão, fóruns, ONGS. E novos atores de peso entrando no jogo, como as empresas de telefonia e os portais. Nos próximos anos, a mídia brasileira passará pelas maiores transformações de sua história. Os jornais que entenderem o processo continuarão no jogo.”

As observações de Nassif encontram eco nas palavras de Castells (2006), para quem a individualidade, que é marca imperante nessa nova postura, encontra ninho nos movimentos sociais através do que ele denomina de *Mass Self Communication* (a *intercomunicação individual*).

“A *Mass Self Communication* constitui certamente uma nova forma de comunicação em massa – porém, produzida, recebida e experienciada individualmente. Ela foi recuperada pelos movimentos sociais de todo o mundo, mas eles não são os únicos a utilizar essa nova ferramenta de mobilização e organização. A mídia tradicional tenta acompanhar esse movimento e, fazendo uso de seu poder comercial e midiático passou a se envolver com o maior número possível de blogs. Falta pouco para que, através da *Mass Self*

Communication, os movimentos sociais e os indivíduos em rebelião crítica comecem a agir sobre a grande mídia, a controlar as informações, a desmenti-las e até mesmo a produzi-las.”

Todas essas mudanças verificadas em ritmo acelerado patenteiam, cada vez mais, a idéia de que repousa sobre os ombros dos indivíduos (cidadãos), instados por algumas instituições de formação ou de mobilização, a interferência e o gerenciamento dos destinos da sociedade. Os mecanismos de pressão se multiplicam, todavia não se tornam factíveis sem o incremento de uma educação comprometida com a consciência do ambiente em que no move, com o domínio e aprimoramento de suas potencialidades, além de um investimento real e integral na construção da cidadania. Só assim se tornará patente o modelo educativo para os dias atuais e futuros.

3 Territórios de participação – cidadania e mídia (oni) presente

O termo cidadania nunca esteve tão incorporado a a vida em sociedade como atualmente. De acordo com Aragão e Drumond *ela*, contemporaneamente, se perfila, então como:

“uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, uma cidadania de baixo para cima, que aflora a partir do indivíduo em suas mais simples reivindicações, rompendo com a reivindicação baseados nas relações clientelistas e de tutela.” (2000)

Em um ambiente onde a luta se dá prioritariamente no campo da construção de sentidos e no reduto específico das visibilidades, outorgadas ou suprimidas, engendradas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, o termo cidadania não poderia ser concebido atualmente sem levar em conta sua (oni) presença. Se tornam, portanto, bem atuais atividades e vozes (que partem de redutos como dos estudiosos de comunicação, mídia, jornalismo e da educação) pela democratização da informação e da comunicação e da superação de exclusões. A cidadania da era da comunicação e da informação incorpora os direitos históricos (muitos ainda longe de serem viabilizados) e tem que, dinamicamente, incorporar os emergentes. E no caso da comunicação e da informação, a

luta pelos emergentes pode viabilizar as demandas pendentes.

Ajudar na construção da cidadania sempre foi um objetivo creditado a escola, mesmo quando esse ideal é ampliado para além de seus raios de atuação. A ela – também, por sua vez, meta dos direitos historicamente situados por educação e escolas públicas – cabe incorporar as novas demandas, as novas inquietações. Gadotti (2000) reitera essa perspectiva, colocando-a no cenário da atualidade:

“É dever dela ser cidadã e desenvolver na sociedade a capacidade de governar e controlar o desenvolvimento econômico e o mercado. A *cidadania* precisa controlar o Estado e o mercado, verdadeira alternativa ao capitalismo neoliberal e ao socialismo burocrático e autoritário. A escola precisa dar o exemplo, ousar construir o futuro. Inovar é mais importante do que reproduzir com qualidade o que existe. A matéria-prima da escola é sua visão do futuro.”

A escola, de certa forma, perdeu o domínio sobre a sua matéria prima, o conhecimento. De acordo com Gadotti (2000) as novas tecnologias criaram *novos espaços de conhecimento*. Espaços que não tiraram o lugar daquela e, em alguns casos, até complementaram, ajudando-a a elaborar novas reflexões sobre as práticas e posicionamentos. Contribuíram, por outro lado, para a abertura de campos para educadores, e a concepção de espaços onde experiências no tocante a formas metodológicas, pedagógicas e curriculares podem ser elaboradas e vivenciadas.

“Por outro lado, a sociedade civil (ONGs, associações, sindicatos, igrejas, etc.) está se fortalecendo não apenas como espaço de trabalho, em muitos casos, voluntário, mas também como espaço de difusão de conhecimentos e de formação continuada. É um espaço potencializado pelas novas tecnologias, inovando constantemente nas metodologias. Novas oportunidades parecem abrir-se para os educadores.”

Conforme ainda Gadotti (2000) a abertura desses espaços tem uma contribuição direta na luta (diríamos, até efetividade em alguns casos) pela democratização da informação.

“Esses espaços de formação têm tudo para permitir maior democratização da informação e do conhecimento, portanto, menos distorção e menos manipulação, menos controle e mais liberdade. É uma questão de tempo, de políticas públicas adequadas e de iniciativa da sociedade. A tecnologia não basta. É preciso a participação mais intensa e organizada da sociedade. O acesso à informação não é apenas um direito. É um direito fundamental, um direito primário, o primeiro de todos os direitos, pois sem ele não se tem acesso aos outros direitos.”

A cidadania da era da informação e da comunicação incorpora a luta pelos direitos e pode ser potencializada pela utilização dos recursos disponibilizados pelas novas tecnologias. O direito fundamental, no entanto, parece ser a informação. É a partir dele – do acesso ilimitado a informação que fomenta o conhecimento – que se constroem as elaborações da cidadania atualmente. *Estar e agir* no mundo pressupõe ciência, portanto conhecimento; conhecimento emana da vivência, do contato, do sentir-se no mundo e, portanto, capacitado a interferir nos seus destinos.

Conclusão

Os territórios de *visibilidade e intervenção* (ou participação) constituem um campo de lutas que marca a contemporaneidade. A conquista de um espaço qualquer que permita tornar-se visível passa a ser o objetivo fundamental de indivíduos, comunidades e instituições. Esse processo, no entanto, não pressupõe um querer restrito ao desejo ou as metas cegas. Ele demanda o domínio de algumas ferramentas que necessariamente agregam a educação às novas tecnologias.

Conhecimentos e saberes, assim como o domínio dos meios de transmissão e circulação de informação configuram o centro nevrálgico da atividade político-participativa na atualidade. Fazer esse que, sendo inerente ao homem, já teve como base toda a gama de processos comunicativos. Desde as ancestrais comunicações interpessoais e intergrupais, que o investimento na prática comunicativa se faz sob a necessidade de promover a *sobrevivência e aperfeiçoamento do homem e da sociedade*. (Beltrão, 1980, p. 14)

Esse intento se faz sentir, historicamente, na

concepção e uso das mais incipientes mídias, no domínio das medianamente elaboradas para os padrões de hoje e contemporaneamente deságua no campo luminoso e promissor das novas tecnologias aplicadas nas novíssimas mídias. Como já alertava Beltrão (1980, p. 15), tomando como base a análise da importância do jornalismo para a *vitalidade do organismo social*, a partir de seu papel de gerenciador e transmissor de informações.

“Se os povos primitivos não dispensaram a informação, mesmo em seu pequeno e isolado mundo, menos dela podem prescindir as nações que hoje se espalham pelos continentes e cujos problemas se tornaram interdependentes, embora as fronteiras e barreiras geográficas, políticas e ideológicas que as separam. É a complexidade das relações humanas de nosso tempo, mantidas e desenvolvidas pelo conhecimento imediato e constante da realidade – essência do jornalismo – que torna mais do que evidente o seu caráter de instrumento indispensável à vitalidade do organismo social.”

O pensamento atilado de Luiz Beltrão já diagnosticava a presença massiva da comunicação, fermentada pelas novas tecnologias, enfronhadas no cotidiano e sendo elemento fundamental de desenvolvimento humano. E isso eram os distantes anos 70, época em que não havia se verificava, ainda, a popularização da parafernália midiática que marca a atualidade.

Fundamentalmente, os territórios de visibilidade e intervenção se circunscrevem ao âmbito da aprendizagem contínua, na capacidade de leitura os meios de informação e comunicação, nos poderes da mobilização possibilitados pela sua utilização e no vislumbre da possibilidade real de interação e interatividade a partir dos recursos disponibilizados por estes. Tal processo, contudo, não pode ser efetivado sem a atualização dos conceitos, meios e formas pedagógicas.

A educação, portanto, tem que incorporar esse intento. Ela não pode ainda se posicionar como instância muda, inócua socialmente. Palco da reprodução de idéias conformistas e limitantes. Sua presença (visibilidade) e efetividade passam hoje necessariamente pela elaboração de um posicionamento (ou pensamento) mais voltado para dotação contínua de estratégias de participação e intervenção. É a partir dos módulos educativos, cada vez

mais em amplexo com as novas tecnologias, que os caminhos da revolução poderão ser gestados e trilhados. Castells (2006) alerta para o palco contemporâneo e futuro das lutas políticas, destacando a centralidade da comunicação no processo.

“No entanto, de uma coisa podemos ter certeza: a sorte da batalha será jogada no terreno da comunicação, e terá peso a nova diversidade dos meios tecnológicos. Sem dúvida, essa batalha é a mais antiga de toda a história da humanidade. Desde sempre, ela visa à liberação de nosso pensamento.” (Castells, 2006)

O rascunho desse movimento se configura, então, como perspectiva de ação política no instante em que a pressão e o exercício da voz em sua potencialidade se fazem sentir. Se há claramente a abertura dessa possibilidade, que não se desperdice a oportunidade de estar-se consciente dos papéis que cabem a cada um no redirecionamento dos caminhos da humanidade. Que ao longo da *estrada do futuro* que, definitivamente, será cada vez mais matizada pelas tecnologias da informação e da comunicação, reste ao homem a capacidade ilimitada de aprender e gerir a utilização daquela *instância material e sutil*, uma vez potencializada pelas novas mídias, que o caracteriza ainda como animal gregário e estrategicamente participativo, como condições elementares de sobrevivência.

Referências

- Aragão, E. F. & Drumond, N. M. G. (1980). *Territórios de vida: existe uma nova cidadania em construção?*. Disponível em: www.greid.free.fr/communicationscoloque
- Beltrão, L. (1980). *Jornalismo interpretativo*, 2.ed. Porto Alegre: Sulina.
- Castells, M. (2006/Agosto). A era da intercomunicação. *Le monde diplomatique*. disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2006-08,a1379>
- Feitosa, C. (2006). A voz que nos encanta. *Revista Cult*, (105), a. 9, Agosto.
- Gadotti, M. (2000). Perspectivas atuais da educação. *São Paulo Perspec*, 14 (2). São Paulo. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102
- Gates, B. (1995). *A estrada do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nassif, L. (s.d.). Disponível no Blog: www.luisnassif.com.br, 30/08/2006.
- Perrenoud, P. (1999). Formar professores em contextos sociais em mudança: prática reflexiva e participação crítica. *Revista Brasileira de Educação*, set/dez, (12): 5-21.
- Pfromm Netto, S. (1998). *Telas que ensinam: mídia e aprendizagem do cinema ao computador*. Campinas: Alínea.